

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

SEI nº0043169-90.2025.6.26.8000

OBJETO: contratação de serviço de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado; legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), gravado e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas por este Regional, dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, de acordo com as quantidades e especificações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e sob demanda.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE

Seção Requisitante: Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão - SEACCESS

Coordenadoria: Coordenadoria de Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade - COAIS

Secretaria/Assessoria: Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições - SEPLAN

E-mail: seaccess@tre-sp.jus.br

Ramal: 2462

Responsável: Caroline Petilo Mascarenhas

PAC 2026: Item 5388 da SEPLAN

Previsão de contratação do objeto: 27/08/2026

Fonte de recursos orçamentários: Valor previsto na proposta orçamentária ou indicação do modo de atendimento (remanejamento, sobras orçamentárias, etc.):

Valor previsto na proposta orçamentária.

Critério de sustentabilidade: (X) Sim ou () Não, porque _____

Critérios sociais:

a. A CONTRATADA deverá apresentar periodicamente, a comprovação do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução nº 401, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça e ao artigo 28-C da Resolução TRE/SP nº 667/2025.

b. Em cumprimento ao art. 6º da Portaria TSE nº 105 de 10 de março de 2025, ao art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023 e ao artigo 28-A da Resolução TRE/SP nº 667/2025, os(as) trabalhadores(as) deverão ser admitidos(as) observando-se, sempre que possível, equanimemente a proporção de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres no total de postos contratados.

b.1. Para a composição equânime, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

c. O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, no Estado de São Paulo, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

d. A identificação das trabalhadoras e trabalhadores contratados e a alocação nos postos de serviço contratados na Administração obedecerão aos preceitos da LGPD, vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções, restringindo-se o acesso às informações com vistas à comprovação da condição de vulnerabilidade e dos egressos do sistema prisional, quando for o caso, aos integrantes da fiscalização do contrato, para cumprimento de obrigações contratual e legal.

Critério de acessibilidade: (X) Sim ou () Não, porque _____

O critério de acessibilidade utilizado é o da acessibilidade comunicacional, visando garantir a acessibilidade de comunicação às pessoas com deficiência auditiva e visual, no âmbito da Justiça Eleitoral paulista, por meio dos serviços de tradução/interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Legendas para Surdos e Ensurdidos – (LSE) e Audiodescrição (AD).

1. VISÃO GERAL

1.1. O presente documento foi realizado por esta Unidade requisitante e visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) para contratação de natureza continuada de mão de obra especializada em tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao vivo ou gravado, legendagem para surdos e ensurdidos (LSE), gravado, e audiodescrição (AD), gravado, em materiais institucionais e manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP), dentro do Estado de São Paulo, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e sob demanda, com todas as etapas previstas na legislação vigente.

1.2. Os normativos que disciplinam os serviços a serem contratados são:

- Constituição Federal, art. 3º, IV, e 5º, caput;
- Lei nº 13.146/2015, em especial os arts. 67 e 71;
- Decretos nº 6.949/2009 e 186/2008, que promulgam a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em especial o art. 21;

- Decreto Federal nº 5.626/2005, art. 26, § 2º e § 3º;
- Resolução nº 23.381/2012 do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução CNJ nº 401/2021;
- Plano Estratégico Institucional do TRE-SP;
- Resolução TRE-SP nº 503/2020;
- Resolução TRE-SP nº 667/2025;
- Recomendação CNJ nº 81/2020;
- Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples;
- Pacto Nacional do Poder Judiciário pelos Direitos Humanos;
- Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU; e
- Demais leis, normas e regulamentos pertinentes.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A referida contratação tem como objetivos:

- garantir, nos termos das legislações em vigor, o amplo, irrestrito e efetivo acesso à informação e à comunicação às pessoas com deficiência auditiva e visual e a outros grupos beneficiários, no âmbito da Justiça Eleitoral paulista, por meio dos serviços da tradução/interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e Audiodescrição (AD);
- garantir a acessibilidade comunicacional durante as sessões de julgamento e eventos institucionalizados realizados pelo Tribunal, assegurando a participação plena de todos os envolvidos;
- promover o aprimoramento contínuo das condições de trabalho para os servidores ou servidoras com deficiência auditiva e visual ou pertencentes a outros grupos beneficiários;
- fomentar a educação para a cidadania e a participação social das pessoas com deficiência no processo eleitoral brasileiro, atuando na remoção de barreiras de comunicação;
- assegurar que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, inclusive quando figurar em um dos polos da ação ou atuar como testemunha, participar da lide posta em juízo, advogado ou advogada, defensor público ou defensora pública, magistrado ou magistrada ou integrante do Ministério Público;

- permitir o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais do interesse da pessoa com deficiência visual ou auditiva, inclusive no exercício da advocacia.

2.2. Ressalta-se que os recursos de acessibilidade objeto de estudo neste ETP, inicialmente, eram vistos como recursos voltados apenas às pessoas com deficiência visual ou auditiva. No entanto, com a evolução do tema e a percepção das vantagens que tais soluções poderiam trazer para o cotidiano das pessoas, passou-se à compreensão de que a Audiodescrição (AD) e a Legendagem (LSE) podem oferecer uma melhor compreensão da mensagem que está sendo transmitida também para pessoas com dislexia e Transtorno do Espectro Autista (TEA), pessoas idosas, crianças, pessoas com baixo letramento ou com dificuldade cognitiva, tornando-os, assim, recursos de ampla utilidade, podendo ser usufruídos por qualquer pessoa, tenha ela deficiência ou não.

2.2.1 O projeto visa o atendimento da legislação que trata sobre o tema da acessibilidade comunicacional, buscando a conformidade jurisdicional.

2.2.2 Nesse contexto, o art. 4º e seus incisos da Resolução CNJ nº 401/2021, dispõe sobre as necessidades de o Poder Judiciário implementar medidas para a promoção da acessibilidade:

Art. 4º Para promover a acessibilidade, o Poder Judiciário deverá, entre outras atividades, implementar:

I – o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), do Braille, da audiodescrição, da subtítuloção, da comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação;

II – a nomeação de tradutor(a) e intérprete de LIBRAS, sempre que figurar no processo pessoa com deficiência auditiva, escolhido dentre aqueles devidamente habilitados e aprovados em curso oficial de tradução e interpretação de LIBRAS ou detentores do certificado de proficiência em LIBRAS ;

[...]

IV – a oferta de atendimento ao público em LIBRAS;

[...]

VI – recursos de acessibilidade nas comunicações televisionadas ou em vídeos no formato on-line;

[...]

XIII – a adequação de procedimentos judiciais que garantam a acessibilidade isonômica aos serviços da justiça e a prestação jurisdicional sem barreiras.

2.2.2.1 O mesmo normativo prevê em seu art. 4º, § 2º, a possibilidade de oferta de intérprete em LIBRAS por meio de videoconferência ou por qualquer outro meio de tecnologia assistiva.

2.2.3 No que se refere ao uso de legendas em conjunto à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), segundo o [Guia de Comunicação e Eventos Acessíveis](#)

(https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/GUIA_COMUNICACAO_EVENTOS_ACESSEIS_PDF_AC_BAIXA.pdf), elaborado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo (pág. 58), a necessidade de se aliar o uso de ambos os recursos se deve ao fato de que muitas pessoas surdas não são totalmente alfabetizadas em Português e, sim, em LIBRAS. E mesmo as pessoas com deficiência auditiva alfabetizadas em Português podem sentir dificuldade para acompanhar a legenda.

2.2.4 Ainda, a contratação se faz necessária para promover o amplo e irrestrito direito do acesso das pessoas cegas, surdas e ensurdecidas nas sessões plenárias, em audiências, no atendimento aos cidadãos e cidadãs, nos eventos, independentemente de sua natureza, com público interno e externo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, inclusive naqueles virtuais, em conformidade com as normas abaixo transcritas:

Resolução TRE-SP nº 503/2020, de 16 de outubro de 2020:

Art. 1º. Instituir, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, a Política de Acessibilidade e Inclusão destinada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Esta Política busca adotar medidas de promoção do exercício da cidadania dos eleitores e das eleitoras, servidores e servidoras e colaboradores e colaboradoras com deficiência ou mobilidade reduzida no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo, garantindo o acesso amplo e irrestrito, e, para isso, eliminar qualquer dificuldade que possa impossibilitar ou reduzir a igualdade de oportunidades.

Art. 2º. A Política de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo norteará a atuação das unidades da Secretaria deste Tribunal, dos cartórios eleitorais e demais unidades de atendimento ao público.

Parágrafo único. O disposto no caput deverá ser observado em especial no que se refere à aprovação dos projetos que envolvam comunicação, informação, atendimento e prestação de qualquer serviço ao público no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo.

[...]

Art.5º. A Política de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo orienta-se pelas seguintes diretrizes:

.....
X. desenvolvimento e aprimoramento de canais de comunicação acessíveis, incluindo a propagação da Libras como meio de comunicação oficial, em concordância com a legislação vigente.

Constituição Federal de 1988, artigos 3º, IV, e 5º, caput: tem como objetivo fundamental a promoção e o bem de todas as pessoas, com e sem deficiência, afastando quaisquer formas de discriminação, garantindo tratamento igualitário;

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em especial os arts. 67 e 71;

Decretos 6.949/2009 e 186/2008, que promulgaram a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em especial o art. 21;

Decreto Federal nº 5.626/2005, art. 26, §§ 2º e 3º, que dispõe que o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva pelo Poder Público, empresas concessionárias e permissionárias e órgãos da administração pública direta e indireta poderão utilizar de central de intermediação da comunicação com recursos de videoconferência on-line e webchat, para garantir o efetivo e amplo atendimento das pessoas surdas ou com deficiência auditiva;

Resolução nº 23.381, de 19 de junho de 2012, do Tribunal Superior Eleitoral, que instituiu o Programa de Acessibilidade no âmbito da Justiça Eleitoral;

Plano Estratégico Institucional do TRE-SP, em consonância com os valores Acessibilidade e Responsabilidade Social e, dentre os seus macrodesafios, tem a garantia dos direitos fundamentais e o fortalecimento da relação institucional do poder judiciário com a sociedade;

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU): ODS 4 - Educação de Qualidade, ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 – Redução das Desigualdades e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

Recomendação CNJ nº 81, de 06 de novembro de 2020:

Art. 1º Esta Recomendação propõe procedimentos para o adequado tratamento das pessoas com deficiência auditiva, visual ou ambas, acusadas, rés, condenadas em processo criminal ou adolescentes em conflito com a lei, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da infância e adolescência.

Ranking da Transparência realizado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em que há questões relacionadas a ferramentas e iniciativas que proporcionem a acessibilidade comunicacional em manifestações públicas, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD).

Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples¹: A linguagem simples também pressupõe acessibilidade: os tribunais devem aprimorar formas de inclusão, com uso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de audiodescrição ou outras ferramentas similares, sempre que possível.

2.3. Do Caráter Continuado do Serviço.

2.3.1 A contratação dos serviços de acessibilidade comunicacional, como tradução e interpretação em LIBRAS, legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), possui caráter continuado e essencial para o cumprimento da missão institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

¹ Fonte: Site do Conselho Nacional de Justiça. Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.

2.3.2 O objeto da contratação é de natureza contínua, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, que define serviços e fornecimentos contínuos como aqueles realizados para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

2.3.3 No caso específico, a promoção da acessibilidade comunicacional não é uma demanda esporádica, mas sim um dever institucional e legal deste Regional, fundamentado em dispositivos constitucionais e legais como a Lei nº 10.098/2000, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o Decreto nº 5.626/2005, além da Resolução CNJ nº 401/2021.

2.3.3.1 Os eventos institucionais, sessões plenárias, cursos e demais manifestações públicas realizadas pelo TRE-SP ocorrem de forma regular e, muitas vezes, com cronogramas dinâmicos e exigindo pronta resposta. A interrupção ou ausência desses serviços de acessibilidade comprometeria diretamente o direito à informação e o acesso à justiça de pessoas com deficiência, além de prejudicar a transparência e a democratização da informação, valores intrínsecos à atuação do Tribunal.

2.3.3.2 Ou seja, há uma necessidade permanente ou frequente de contratações, visto que a demanda do órgão não é pontual e se estende por mais de um exercício financeiro, sendo o serviço acessório, instrumental e complementar à atividade-fim do Tribunal.

2.3.4 No entanto, apesar de acessório, o serviço está diretamente ligado à prestação jurisdicional e eleitoral deste Regional, garantindo a igualdade de participação e a inclusão de todos.

2.3.5 Ademais, a contratação se alinha aos objetivos estratégicos de zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP, promover a cidadania e a responsabilidade social, sendo um dever do Poder Judiciário garantir condições de atendimento às necessidades específicas das pessoas com deficiência, corroborando com o fato de que a acessibilidade é um dos valores institucionais desse Tribunal.

2.3.6 Portanto, a contratação em caráter continuado é a solução mais racional, eficiente e responsável para garantir a regularidade na prestação, a padronização e a qualidade técnica dos serviços, e a efetividade institucional no cumprimento de suas obrigações de inclusão e acessibilidade. A descontinuidade desses serviços impactaria diretamente as atividades finalísticas do Tribunal, violando direitos fundamentais e o próprio Plano Estratégico Institucional, que preza pela acessibilidade e satisfação do usuário.

2.3.7 Por ser considerado serviço contínuo, o prazo previsto para a presente contratação é de 12 (doze) meses, inicialmente, podendo ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

2.4. A contratação de uma pessoa jurídica mostra-se como a solução mais adequada do ponto de vista técnico e econômico, garantindo qualidade, consistência e gestão simplificada dos serviços. Além disso, apresenta-se como a forma mais segura para lidar com a responsabilização em razão de eventuais substituições de profissionais para preservar a qualidade e a não interrupção da prestação do serviço.

2.5. Não há histórico de intercorrências significativas em contratações deste objeto. Sendo assim, não se vislumbra a necessidade de encerramento do futuro contrato mediante denúncia de qualquer uma das partes ao término de um ciclo contratual. Observa-se, todavia, que, se for o caso, há outros institutos que possibilitam o rompimento da contratação antes de seu termo, a saber: rescisão unilateral, pautada no interesse público; rescisão sanção, rescisão por acordo entre as partes, dentre outros.

2.6. Os serviços a serem prestados não apresentam complexidade suficiente que justifique a necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

2.7. As obrigações da Contratada e da Contratante estarão previstas detalhadamente no Termo de Referência, bem como no instrumento de contrato a ser firmado entre as partes.

3. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. A empresa deverá apresentar os seguintes requisitos (ressaltando que é essencial o atendimento às normas técnicas da ABNT quando expressamente mencionadas para garantir o atendimento aos requisitos mínimos de qualidade e eficiência dos serviços contratados, bem como para garantir o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e outras legislações pertinentes à temática de acessibilidade):

- **LIBRAS AO VIVO (PRESENCIAL OU NÃO):** para os requisitos técnicos para a interpretação em LIBRAS ao vivo presencial, ao vivo não presencial e ao vivo híbrido, recomenda-se seguir os requisitos básicos apresentados no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura², bem como a prestação do serviço **deverá** estar em consonância com os requisitos previstos nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225:2025;

- **LIBRAS GRAVADO:** Para os requisitos técnicos para a interpretação em LIBRAS gravado recomenda-se seguir os requisitos básicos apresentados no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura³, bem como a prestação do serviço deverá estar em consonância com os requisitos previstos nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225:2025;

- **AUDIODESCRIÇÃO (AD):** A CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica ABNT NBR 16452:2016 e, sempre que aplicável, com base nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 e ABNT NBR 17225:2025;

Caso haja atualizações dos requisitos das normas técnicas ABNT NBR 16452:2016, ABNT NBR 15.290:2016, ABNT NBR 15599:2008 ou nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, estas devem ser atendidas pela CONTRATADA durante a execução contratual.

- **LEGENDAGEM (LSE):** O serviço de legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) deverá ser executado de acordo com o especificado nas normas técnicas ABNT NBR 15290:2016 e ABNT NBR 15599:2008. Ainda, recomenda-se seguir os parâmetros técnicos de Legenda para Surdos e

² Disponível em Site Enap – Escola Nacional de Administração Pública – [Guia para Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura](#)

³ Disponível em Site Enap – Escola Nacional de Administração Pública – [Guia para Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura](#)

Ensurdidos (LSE) definidos no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura⁴.

Caso haja atualizações dos requisitos das normas técnicas ABNT NBR 15290:2016, ABNT NBR 15599:2008 ou nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, estas devem ser atendidas pela CONTRATADA durante a execução contratual.

3.2. Para garantir boa visualização do conteúdo, a legendagem deverá estar posicionada de modo que não cubra o material visual do vídeo e deve garantir o contraste necessário para a máxima legibilidade e clareza do texto pelo público, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, como a ABNT NBR 15290:2016.

3.3. A CONTRATADA deverá se certificar que a logomarca institucional do TRE-SP, entre outras que eventualmente estiverem presentes na mídia, não seja coberta pela legendagem.

3.4. Deverá ser incluída a edição do arquivo nos serviços de LIBRAS gravado, audiodescrição e legendagem.

3.5. A CONTRATADA deverá apresentar periodicamente, a comprovação do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução nº 401, de 16/06/2021, do Conselho Nacional de Justiça

3.5.1 Em cumprimento ao art. 6º da Portaria TSE nº 105 de 10 de março de 2025, ao art. 2º da Resolução CNJ nº 255/2018, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023 e ao artigo 28-A da Resolução TRE/SP nº 667/2025, os(as) trabalhadores(as) deverão ser admitidos(as) observando-se, sempre que possível, equanimemente a proporção de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mulheres no total de postos contratados.

3.5.2 Para a composição equânime, por mulher compreende-se mulher cisgênero, mulher transgênero e fluida.

3.5.3 O preenchimento das vagas deverá respeitar, resguardada a medida do possível, a proporção respectiva de gênero, raça e etnia da população brasileira, no Estado de São Paulo, segundo o último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, sem prejuízo de superação dessa proporção se houver possibilidade, no que se refere aos grupos minorizados.

3.5.4 A identificação das trabalhadoras e trabalhadores contratados e a alocação nos postos de serviço contratados na Administração obedecerão aos preceitos da LGPD, vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções, restringindo-se o acesso às informações com vistas à comprovação da condição de vulnerabilidade e dos egressos do sistema prisional, quando for o caso, aos integrantes da fiscalização do contrato, para cumprimento de obrigações contratual e legal.

⁴ Disponível em Site Enap – Escola Nacional de Administração Pública – [Guia para Produções Audiovisuais do Ministério da Cultura](#)

3.6 Para execução dos serviços prestados na modalidade "ao vivo" de forma "não presencial", bem assim dos serviços relativos a conteúdos pré-gravados, a CONTRATADA deverá disponibilizar toda a infraestrutura necessária para a perfeita prestação dos serviços.

3.6.1 A CONTRATADA deverá garantir transmissão de internet com no mínimo 20 Mbps de velocidade para upload e 20 Mbps de velocidade de download, com redundância dedicada ou um plano de contingência imediata de conectividade que impeça a interrupção da execução do serviço.

3.6.1.1 Não será permitida utilização de internet móvel, pois está sujeita a oscilações que comprometem a comunicação adequada.

3.6.1.2 A CONTRATADA deverá utilizar internet cabeada obrigatoriamente.

3.6.1.3 A CONTRATADA deverá manter a eficiência dos serviços mesmo com a utilização de múltiplas plataformas pela contratante.

3.6.2 Os dispositivos eletrônicos a serem utilizados pelos intérpretes/tradutores deverão conter câmera com resolução mínima FullHD. Taxa de quadros (Frame Rate): Mínimo de 30 fps, visando a clareza e fluidez dos movimentos de sinalização.

3.6.3 O enquadramento da câmera deve garantir que as mãos, braços e cabeça do intérprete jamais sejam cortados.

3.6.4 O plano de fundo deverá ser na cor verde ou azul, a critério da CONTRATANTE, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica chroma key, possibilitando o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabilizando a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

3.6.4.1 A CONTRATADA deverá utilizar chroma key, em caso de tecido, feito de algodão muslin, para garantir a qualidade da aplicação da técnica chroma key.

3.6.4.2 O equipamento de montagem do chroma key deve garantir que o tecido fique sem vincos ou geração de sombras.

3.6.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar e utilizar equipamentos de iluminação profissional que atendam à seguinte configuração: dois pontos de iluminação para o intérprete, sendo um frontal, diagonal superior, e outro no topo da cabeça, a fim de eliminar todas as sombras no fundo ou no intérprete. Esta iluminação é indispensável para garantir a clareza da sinalização e a correta aplicação da técnica de *chroma key*.

3.7 Para os conteúdos audiovisuais submetidos ao serviço de legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), a CONTRATADA poderá solicitar, como parte integrante do produto final, gerar e entregar à contratante o arquivo de legenda correspondente no formato SRT.

3.7.1 O arquivo SRT deve ser um documento separado do arquivo de vídeo (legenda externa), contendo a marcação de tempo (timecode) exata e a transcrição fiel do conteúdo, em perfeita sincronia com o áudio do material audiovisual, para possibilitar a publicação no YouTube de forma separada, facilitando a substituição, quando necessário.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.8 As licitantes deverão apresentar certidão ou atestado de capacidade técnica que comprove experiência anterior em serviço compatível com o objeto da contratação devido à necessidade de se

certificar que a contratada tem aptidão e capacidade para a prestação de serviços na qualidade e quantidades especificadas neste estudo.

3.9 A capacidade da CONTRATADA de gerenciar sua mão de obra terceirizada é um fator crítico para o sucesso e para a mitigação de riscos à Administração Pública. É de vital importância garantir a segurança jurídica do contrato e a perseguição ao binômio qualidade e eficiência, resguardando a Administração de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional insuficiente.

3.10. Atestados de Capacidade Técnica: As licitantes deverão apresentar Certidão ou Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior em serviço compatível com o objeto desta contratação (interpretação em LIBRAS, Legendagem e/ou Audiodescrição).

3.10.1. Comprovação Quantitativa: Em conformidade com o artigo 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, os atestados ou certidões devem comprovar a execução de serviços, atestando um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada por item da contratação pretendida para 12 (doze) meses.

3.10.2. Justificativa do Percentual: O percentual de 30% (trinta por cento) é considerado proporcional e razoável em relação ao volume estimado, sendo representativo de uma empresa que possua bom desempenho na prestação de serviços no mercado e demonstre aptidão e capacidade gerencial para o atendimento das demandas do Tribunal.

3.10.3. Somatório de Atestados: Para comprovação do quantitativo mínimo exigido por item, será admitido o somatório de atestados, desde que demonstrem a execução satisfatória de serviços de natureza e complexidade técnica compatível com a totalidade do objeto.

3.11. A CONTRATADA designará formalmente um preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.11.1. Caso o Preposto indicado seja o único proprietário (ou o sócio-administrador principal) da **CONTRATADA**, esta deverá indicar, no momento da assinatura do Contrato, um Preposto Substituto qualificado. Este Substituto deverá ter plenos poderes para atuar imediatamente em caso de ausência, impedimento ou desligamento do Preposto principal, garantindo a ininterruptão da capacidade gerencial e de comunicação exigida neste Termo.

3.11.1.1. A exigência de Preposto Substituto deriva da necessidade de atender o Princípio da Continuidade do Serviço Público, mitigando riscos operacionais classificados como críticos em serviços de acessibilidade, uma vez que a ausência dessa figura (por doença ou impedimento súbito) resulta na paralisação imediata da tomada de decisão gerencial, comprometendo a execução de eventos ao vivo e a comunicação com a fiscalização. O cumprimento desse requisito não exige a contratação de um novo funcionário, o que torna eventual impacto financeiro como residual. A ausência de um interlocutor com poder de decisão imediato para resolver falhas técnicas ou de pessoal pode inviabilizar a acessibilidade das sessões plenárias e eventos, ferindo a legislação vigente e a imagem institucional.

3.12. A CONTRATADA deverá garantir o regime de revezamento com no mínimo 2 (dois) profissionais para eventos com duração superior a 1 (uma) hora, conforme art. 8-A, Lei 12.319/2010, incluído pela Lei 14.704/2023, orientando os(as) intérpretes a realizarem a troca de turnos a cada 20 (vinte) minutos, segundo preconizam as entidades de classe.

3.12.1. As normas técnicas de acessibilidade e as entidades de classe preconizam que, uma vez estabelecido o regime de revezamento (dupla), a alternância entre os intérpretes deve ocorrer a cada

20 (vinte) minutos. Isso se deve à fadiga cognitiva inerente ao processo de tradução simultânea, que compromete a qualidade e a fidedignidade da interpretação após esse período.

JUSTIFICATIVA PARA A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS INDICADAS NO ETP

3.13 Justificativa da Essencialidade e Qualidade: A exigência de observância a estas normas não constitui barreira indevida à competitividade, mas sim a fixação de parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, conforme disciplinado na Lei nº 14.133/2021 (Art. 34) e na Lei nº 4.150/1962.

3.14 A essencialidade fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Segurança Técnica e Operacional:** A NBR 15599:2008 estabelece o "pisso" de qualidade para a comunicação entre a pessoa surda e o ouvinte, garantindo a proficiência indispensável à tradução
- **Interoperabilidade e Padronização:** A NBR 15290:2016 define requisitos técnicos de contraste, posicionamento e proporção da "janela de LIBRAS" e legendagem, essenciais para que o material audiovisual seja compatível com as plataformas de transmissão (como o YouTube) e compreensível pelo público-alvo
- **Eliminação de Subjetividade:** A adoção da NBR 16452:2016 permite uma fiscalização objetiva da audiodescrição (ritmo, dicção e mixagem), evitando que a Administração receba serviços tecnicamente ineficientes.
- **Acessibilidade em conteúdo e aplicações web – Requisitos:** ABNT NBR 17225:2025. Sua exigência é imprescindível, pois o objeto da contratação contempla a veiculação de materiais audiovisuais (Libras, audiodescrição e legendagem) em plataformas digitais, como o site institucional, redes sociais e canal do YouTube. A observância desta norma garante que os produtos entregues sejam compatíveis com as tecnologias assistivas web, assegurando a efetividade da acessibilidade digital almejada pela contratação.

3.15 Obrigatoriedade por Força Normativa: A Resolução CNJ nº 401/2021, que rege a acessibilidade no Poder Judiciário, lista expressamente as normas ABNT NBR 15290, 15599 e 16452 como normativos a serem considerados para o desenvolvimento de diretrizes de inclusão. No caso da programação televisiva e audiovisual, a própria norma ABNT NBR 15290 estabelece que, para ser considerado acessível, o conteúdo deve atender ao disposto nela.

3.16 Alinhamento Jurisprudencial e Prática Institucional: A manutenção dessas exigências segue a orientação do TCU (Acórdão 1712/2025 – Plenário), que, embora zele pela competitividade, admite requisitos técnicos desde que acompanhados de justificativa que demonstre serem indispensáveis à

garantia do cumprimento das obrigações. Ademais, tal prática é o padrão adotado pelo próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em sua Resolução nº 401/2021 e por tribunais de referência, como o TST (PE 024/2023) e o TRT-12 (Proad 4985/2023), que utilizam estas mesmas normas ABNT como balizadores obrigatórios em suas contratações de acessibilidade comunicacional.

SUBCONTRATAÇÃO

3.17 Os eventos institucionais, sessões plenárias, cursos e demais manifestações públicas realizadas pelo TRE-SP ocorrem de forma regular e, muitas vezes, com cronogramas dinâmicos e exigindo pronta resposta. A interrupção ou ausência desses serviços de acessibilidade comprometeria diretamente o direito à informação e o acesso à justiça de pessoas com deficiência, além de prejudicar a transparência e a democratização da informação, valores intrínsecos à atuação do Tribunal.

3.18 Assim, a criticidade do objeto e a necessidade de mitigar riscos operacionais na execução, sob pena de comprometer o direito de acessibilidade comunicacional, dever institucional e legal deste Regional, fundamentado em dispositivos constitucionais e legais como a Lei nº 10.098/2000, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e o Decreto nº 5.626/2005, além da Resolução CNJ nº 401/2021, são fatores cruciais na vedação da subcontratação.

3.19 A prestação de serviço de forma direta ao Tribunal garante um melhor acompanhamento da execução do objeto, diminuindo a possibilidade de falhas ou atrasos.

3.20 O serviço de tradução em Libras, por sua natureza “Intuitu Personae”, depende intrinsecamente da habilidade técnica do intérprete. A subcontratação adiciona uma camada de intermediação que dificulta a aferição imediata da qualidade e proficiência exigidas. Por esse motivo, fica vedada a subcontratação do objeto, ainda que parcial.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

As quantidades dos itens foram estimadas para **12 (doze) meses – entre 2026 e 2027**

4.1 Item 1 (Item independente) - Serviço de tradução e interpretação em LIBRAS ao vivo

Os quantitativos definidos para este item 1 - item independente - foram baseados em estimativas, podendo vir a ser solicitada quantidade menor de horas de serviço.

Foi considerada na estimativa de cálculo a previsão anual de realização de eventos, capacitações e sessões plenárias, baseada nas informações disponibilizadas pelas Unidades do TRE-SP, conforme demonstrado abaixo (a memória de cálculo que fundamenta os quantitativos deste item encontra-se detalhada no Anexo 1 - Estimativa das Unidades Rec. Acessibilidade - doc. SEI 7413497):

Tabela 1 - Estimativa total das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 1 (LIBRAS ao vivo)

ITEM 1: LIBRAS AO VIVO (presencial ou não) ESTIMATIVA DAS UNIDADES	HORAS TOTAL/SERVIÇO
TOTAL	724 horas

Unidades do TRE-SP	ESTIMATIVAS LIBRAS AO VIVO
	Total Eventos e Capacitações (h)
Secretaria de Tecnologia da Informação	10
Secretaria da Presidência	20
Secretaria de Administração de Material	0
Secretaria Judiciária (Auditoria de urnas)	2
Secretaria de Gestão da Informação e Documental	1
Secretaria de Comunicação Social	1
Secretaria da Corregedoria	12
Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições	25
	Total Sessões Plenárias
Secretaria Judiciária	640
Secretaria Judiciária (Auditoria de urnas)	8
Secretaria da Presidência	5
Total de horas	724

Tabela 2 - Estimativa total das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 1 (LIBRAS ao vivo) em detalhes - EVENTOS E CAPACITAÇÕES

Unidades	Item 1 - LIBRAS ao vivo	
	Eventos e Capacitações	Qtidade/min

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)	Semana de Segurança da Informação 2026	600
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL (SAM)	Oficinas do Plano de Contratação Anual	240
SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAL (SGID)	1 - Cerimônia de entrega da Medalha Min. Mário Guimarães - 60 min	60
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)	Coletiva do presidente nas Eleições - 1º turno e 2º turnos	30
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES (SEPLAN)	Encontro da Justiça Eleitoral Paulista: 995 minutos; Semana do Meio Ambiente: 240 minutos; Evento Rede Sustentação: 120 minutos Capacitação Multiplicadores Coordenadores de Acessibilidade e Apoio LIBRAS: 120 minutos	1475
SECRETARIA JUDICIÁRIA (SJ) Auditoria de urnas	Treinamento para o apoio logístico para as eleições de 2026	120
SECRETARIA DA CORREGEDORIA (CRE-SEC)	4ª Jornada do conhecimento da CRE - 3 webinários (360min); Estatísticas e dados do TRE para o CNJ (360min)	720

Tabela 3 - Estimativa total das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 1 (LIBRAS ao vivo) em detalhes - SESSÕES

Unidades	Item 1 - LIBRAS ao vivo	
	Sessões	Qtidade/min
SECRETARIA JUDICIÁRIA (SJ) Auditoria de urnas	2 Sessões solenes para sorteio das urnas	480
SECRETARIA JUDICIÁRIA (SJ)	SESSÕES PLENÁRIAS	38400
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA (SPR)	Diplomação (dezembro de 2026): 2 profissionais (um presencial e 2 online) por 90 minutos Colar do Mérito Eleitoral Paulista (março de 2027): 90 minutos	270

Com isso, conclui-se pelo seguinte quantitativo para o item 1 - LIBRAS ao vivo:

Tabela 4 - Estimativa total das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 1 (LIBRAS ao vivo)

Estimativa enviada pelas áreas consultadas: 724 horas

4.2 Itens 2, 3 e 4 (grupo único) - LIBRAS Gravado, Audiodescrição (AD) gravada, Legendação (LSE) gravada

Os quantitativos definidos para os itens 2, 3 e 4 foram baseados em estimativas, podendo vir a ser solicitada quantidade menor de minutos de serviço.

Foi considerada na estimativa de cálculo a previsão anual de realização de eventos, capacitações e sessões plenárias, baseada nas informações disponibilizadas pelas Unidades do TRE-SP, conforme tabelas abaixo (a memória de cálculo que fundamenta os quantitativos deste item encontra-se detalhada no Anexo 1 - Estimativa das Unidades Rec. Acessibilidade - doc. SEI 7413497):

Tendo em vista o exposto acima, segue abaixo tabela resumida, considerando os quantitativos totais solicitados para cada item:

Tabela 5 - Estimativa total das unidades demandantes do TRE-SP para os Itens 2, 3 e 4 (Grupo Único)

SERVIÇOS DO GRUPO ÚNICO	MINUTOS TOTAL/SERVIÇO
Item 2: LIBRAS pré-gravada	6000
Item 3: Audiodescrição (AD) gravada	5280
Item 4: Legendagem (LSE) gravada	7825
TOTAL	19.105

4.2.1 Estimativa detalhada dos eventos e capacitações por unidade demandante do TRE-SP para os itens 2, 3 e 4 do Grupo Único

Tabela 6 - Estimativa detalhada das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 2 - LIBRAS Gravado do Grupo Único:

Unidades	Item 2 - LIBRAS pré-gravada	
	Eventos e Capacitações	Qtidade/min
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA (SPR)	PALESTRA DE ENCERRAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO – 120 minutos PALESTRA – tema a ser definido – 120 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos	720
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA (SPR)	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL – 1.200 minutos CURSO – tema a definir – 1.200 minutos	2400
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL (SAM)	Oficina de Elaboração de ETP e TR para 2026	720

SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAL (SGID)	1 - Projeto de História Oral - 2 vídeos a respeito das servidoras aposentadas - 40 min;	40
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM)	Videocast, motion e vídeo institucional	80
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES (SEPLAN)	Semana da Integridade - 180 minutos Diálogos Transformadores: 1200 minutos Exposições Fotográficas (LIBRAS pré gravada a partir de texto - sem legendagem) - 60 min	1440
SECRETARIA DA CORREGEDORIA (CRE-SEC)	Webinário Res. TSE 23.709/2022: principais alterações e providências anteriores à fase de Cumprimento de Sentença (120min); Webinário Cumprimento de Sentença aplicado à Justiça Eleitoral - parte I (120min); Webinário Cumprimento de Sentença aplicado à Justiça Eleitoral - parte II (120min); Videoaulas Cumprimento de Sentença – avançado (240min)	600

Tabela 7 - Estimativa detalhada das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 3 - Audiodescrição Gravada do Grupo Único:

Unidades	Item 3 - Audiodescrição	
	Evento	Qtidade/min

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Semana de Segurança da Informação 2026	600
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	PALESTRA DE ENCERRAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO – 120 minutos PALESTRA – tema a ser definido – 120 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos	720
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL – 1.200 minutos CURSO – tema a definir – 1.200 minutos	2400
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES (SEPLAN)	Semana da Integridade - 180 minutos Diálogos Transformadores: 1200 minutos Capacitação Coordenadores de Acessibilidade e Apoio LIBRAS: 120 minutos Exposições Fotográficas (LIBRAS pré gravada a partir de texto - sem legendagem) - 60 min	1560

Tabela 8 - Estimativa detalhada das unidades demandantes do TRE-SP para o Item 4 - Legendagem Gravada do Grupo Único:

Unidades	Legendagem pré-gravada	
	Evento	Qtidade/min
SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	PALESTRA DE ENCERRAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO – 120 minutos PALESTRA – tema a ser definido – 120 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos SEMINÁRIO – tema a ser definido – 240 minutos	720

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA	CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL – 1.200 minutos CURSO – tema a definir – 1.200 minutos Curso de Prestação de Contas Eleitorais - até 1200 minutos (20 horas)	3600
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	Oficina de Elaboração de ETP e TR para 2026	720
SECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAL (SGID)	1 - Projeto de História Oral - 2 vídeos a respeito das servidoras aposentadas - 40 min; 2 - Reunião com Partidos Políticos - Eleições 2026 – 90 min.	130
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DE ELEIÇÕES (SEPLAN)	Semana da Integridade - 180 minutos Diálogos Transformadores: 1200 minutos Capacitação Coordenadores de Acessibilidade e Apoio LIBRAS: 120 minutos	1500
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)	EAD - Ecossistemas de Urnas Eletrônicas e Sistemas Eleitorais Quantidade de 8 vídeos Período a ser utilizados - Julho de 2026 a setembro de 2026 1 - Certificação das máquinas a serem utilizadas Parte 1 (2 minutos) 2 - Certificação das máquinas a serem utilizadas parte 2 (2 minutos) 3 - Importar o Processo eleitoral no GEDAUIE (1, 5 minutos) 4 - Configuração ou Gerenciamento e Importar Dados (2 Minutos)	15

	<p>5 - Detalhamento de Importação dos pacotes pelo SISTOT no SIMON (1 minuto)</p> <p>6 - Como consultar o Painel de Acompanhamento (2,5 minutos)</p> <p>7 - Recuperar a correspondência por meio de QR CODE (2 minutos)</p> <p>8 - Inserir correspondência recuperada no GEDAIUE (2 minutos)</p>	
SECRETARIA DA CORREGEDORIA (CRE-SEC)	<p>4ª Jornada do conhecimento da CRE - 3 webinários (360min);</p> <p>Webinário Res. TSE 23.709/2022: principais alterações e providências anteriores à fase de Cumprimento de Sentença (120min);</p> <p>Webinário Cumprimento de Sentença aplicado à Justiça Eleitoral - parte I (120min);</p> <p>Webinário Cumprimento de Sentença aplicado à Justiça Eleitoral - parte II (120min);</p> <p>Videoaulas Cumprimento de Sentença – avançado (240min);</p> <p>Vídeos do Projeto Curtas da CRE (60min);</p> <p>Estatísticas e dados do TRE para o CNJ (120min)</p>	1140

4.3 Adequação dos quantitativos à disponibilidade orçamentária

Verificou-se que o valor estimado da contratação, quando considerado o somatório integral das estimativas encaminhadas pelas Unidades demandantes, resultou em montante significativamente superior ao valor orçamentário aprovado pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF para a presente demanda.

Diante desse cenário, e com vistas à adequação da contratação aos limites orçamentários disponíveis, esta Unidade procedeu à revisão dos quantitativos inicialmente projetados, adotando como parâmetro os dados de execução efetiva do contrato vigente, de modo a refletir com maior precisão o consumo real dos serviços.

Ressalta-se que a metodologia de cálculo detalhada encontra-se registrada em documento interno específico (doc. SEI 7404035), tendo sido mantida, neste Estudo Técnico Preliminar, apenas a síntese necessária à compreensão da adequação promovida, em observância ao caráter público do presente instrumento.

Tabela 9 – Resumo da redução dos quantitativos para adequação à disponibilidade orçamentária

ITEM 1: LIBRAS AO VIVO (presencial ou não)	HORAS TOTAL/SERVIÇO	VALOR HORA (mediana cfe. doc SEI 7376913)	TOTAL ITEM 1
TOTAL	400	350	R\$ 140.000

SERVIÇOS DO GRUPO ÚNICO (ITENS 2, 3 E 4)	MINUTOS TOTAL/SERVIÇO	VALOR MINUTO (mediana cfe. doc SEI 7376913)	TOTAL
Item 2: LIBRAS pré-gravada	4500	40	R\$ 180.000
Item 3: Audiodescrição (AD) gravada	1600	40	R\$ 64.000
Item 4: Legendagem (LSE) gravada	4000	31	R\$ 124.000
TOTAL	10.100		R\$ 368.000

VALOR FINAL PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 508.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

Diferentes Soluções de Mercado que podem atender à necessidade:

1ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

Contratação de empresa de prestação de serviço de interpretação em LIBRAS, Audiodescrição e Legendagem (ao vivo e pré-gravado)

b) Indicação resumida dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Serviço de tradução/interpretação da língua portuguesa para língua de sinais e vice-versa ao vivo, realizada por profissionais disponibilizados pela contratada sob demanda do tribunal. Serviços pré-gravados de audiodescrição, legendagem e LIBRAS de conteúdos audiovisuais e texto/imagens.

c) Vantagens e desvantagens:

Vantagens: profissionais à disposição no horário de funcionamento do Tribunal e em horas eventuais conforme o evento a ser realizado, com encargos trabalhistas, tributários, etc., de responsabilidade da empresa contratada. Além disso, a contratação de empresa jurídica garante a responsabilização e gestão de substituições.

Desvantagens: indisponibilidade do profissional para necessidades emergenciais, dependência de solicitação prévia mediante ordem de serviço para disponibilidade do profissional.

2ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

Alocação de Posto de trabalho de intérprete de LIBRAS, profissionais de audiodescrição e profissionais de legendagem com servidores e servidoras do TRE-SP (ao vivo e pré-gravado).

b) Resumo dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Alocação de quatro profissionais qualificados na tradução/interpretação da língua portuguesa para língua de sinais e vice-versa ao vivo para suprir as demandas de unidades cuja atividade necessite de tradução em caráter ordinário. Alocação de um profissional qualificado para realizar audiodescrição. Alocação de um profissional qualificado para realizar legendagem em conteúdos audiovisuais e texto/imagens. Alocação de um profissional qualificado para realizar LIBRAS em conteúdos audiovisuais e texto/imagens.

c) Vantagens e desvantagens:

Vantagens: maior liberdade para uso do serviço sem depender de solicitação de Ordem de Serviço, maior disponibilidade para execução dos serviços de acessibilidade na totalidade de vídeos produzidos no órgão, disponibilidade de profissional para situações emergenciais e/ou não planejadas que necessitem de profissionais; profissionais à disposição no horário de funcionamento do Tribunal e em horas eventuais conforme o evento a ser realizado.

Desvantagens: falta de profissionais necessários, tendo em vista a ocorrência frequente de eventos simultâneos, além do fato de que a legislação exige a alternância de intérpretes, o que demandaria uma contratação do dobro de profissionais. Por outro lado, quando não houver evento e não tiver nenhuma demanda, os profissionais ficariam ociosos, além do que a demanda esporádica torna o pagamento mensal um desperdício de recursos públicos.

3ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

Contratação direta dos intérpretes de LIBRAS, profissionais de audiodescrição e profissionais de legendagem. A ideia seria termos uma lista de profissionais credenciados que nos atenderiam, sob demanda.

b) Resumo dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Contratação individual de profissionais liberais com qualificação técnica na interpretação/tradução de LIBRAS para a Língua Portuguesa e vice-versa em qualquer modalidade em que estas se

apresentarem, seja falada (oral/auditiva), seja sinalizada (visual/espacial), seja escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada em sessões no plenário da Corte, eventos, e outros projetos institucionais produzidos ou promovidos pelo TRE-SP. Contratação individual de profissionais liberais com qualificação para realização de audiodescrição gravada e legendagem gravada nas mesmas ocasiões descritas acima.

c) Vantagens e desvantagens:

Vantagens: contato direto com os profissionais, o que poderia gerar maior agilidade e menos burocracia no atendimento das demandas, além de permitir uma orientação mais personalizada para cada evento. Facilidade de controlar melhor o serviço prestado.

Desvantagens: Manter e gerir uma lista de dezenas de profissionais individuais gera um custo operacional administrativo para o Tribunal, bem como a multiplicidade de contratos e faturas individuais contrariaria o Princípio da Eficiência. A contratação de uma única pessoa jurídica permite a economia de escala e a centralização da gestão contratual. Ainda, o Tribunal pode vir a arcar com possíveis encargos trabalhistas, tributários, etc., decorrentes da contratação direta com o profissional.

4ª Solução:

a) Descrição sucinta da solução:

Utilização de software Rybená. A solução Rybená de Acessibilidade para Web consiste em um software especializado para atendimento a pessoas com deficiências e limitações diversas. A solução realiza concomitantemente, tradução de textos da Língua Portuguesa falada no Brasil para LIBRAS, assim como a leitura de textos da Língua Portuguesa falada no Brasil, e converte os textos em português escrito em voz.

b) Resumo dos serviços e materiais, de consumo e/ou permanente, que compõem a solução com as respectivas quantidades:

Contratação de software especializado para tradução de Língua Portuguesa para LIBRAS, conversão de textos em português em voz e avatar do TRE-SP.

c) Vantagens e desvantagens:

Vantagens: instalação fácil, disponibilidade, considerando o acesso online, baixo custo.

Desvantagens: Nota-se que um dos principais problemas dos avatares gerados pelo Software reside na sua incapacidade de expressar nuances como expressões faciais, sentimentos, emoções e sensações. Isso resulta em uma tradução meramente literal da fala, o que pode gerar ambiguidade e falhas na comunicação do sentido real da mensagem. Além disso, destaca-se a pouca flexibilidade na criação de novos significados a partir da combinação de seus símbolos. Não realiza audiodescrição de imagens, pessoas, cenários e transmissões. Dificuldade de utilização do software para eventos ao vivo devido à forma assíncrona da utilização. E, por fim, o software não oferece legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE).

Solução Escolhida:

Relacionam-se os motivos e/ou as justificativas técnicas e econômicas para a escolha da solução destacando o que a faz mais vantajosa entre todas as soluções identificadas:

O TRE-SP realiza sessões plenárias, eventos institucionais, exposições museológicas, reuniões de trabalho, seminários, simpósios, missões, encontros, além de capacitações e outras atividades

correlatas. Dessa forma, buscando a plena inclusão da pessoa com deficiência com autonomia no exercício de seus direitos de acesso à informação e na participação na vida pública em igualdade com as demais pessoas, verifica-se que são necessárias a tradução/interpretação da língua portuguesa para língua de sinais e vice-versa, a audiodescrição e a legendagem de conteúdos audiovisuais, além de textos e imagens. Além disso, a Resolução CNJ n. 401/2021, em seu art. 4º, prevê ações de promoção de acessibilidade, e, dentre elas, a implementação do uso da LIBRAS. A Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece em seu artigo 76, § 1º, Inciso III, que os pronunciamentos oficiais devem possuir recursos de acessibilidade comunicacional, dentre eles, a janela com intérprete da LIBRAS e legendagem.

Assim, considerando critérios de economicidade, agilidade e garantia da qualidade técnica dos serviços e, diante da inviabilidade do gerenciamento direto na contratação dos intérpretes, profissionais audiodescritores e legendadores, ou utilização de softwares de acessibilidade, mostra-se como a melhor solução a contratação por meio de empresa intermediadora, ou seja, a primeira solução.

A contratação ocorrerá por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado conforme art. 6º, inciso XIII c/c inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

5.1 Caráter continuado do serviço

Justificativa para Contratação de Serviços de Acessibilidade Comunicacional em caráter de Serviço Continuado

A promoção da acessibilidade comunicacional é um dever institucional e legal deste Regional, cujo cumprimento se dá por meio da oferta de recursos de comunicação inclusivos, como a tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e a audiodescrição (AD). Esses serviços são indispensáveis para assegurar a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todas as manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.

Trata-se, portanto, de uma necessidade permanente, e não de demanda esporádica. Os eventos institucionais se distribuem ao longo de todo o exercício, muitas vezes com cronograma dinâmico ou com exigência de pronta resposta, o que evidencia a recorrência e a imprevisibilidade das solicitações.

A contratação em caráter de serviço continuado permite consolidar uma estrutura de atendimento estável, garantindo:

1. Regularidade na prestação – assegurando que todo evento, independentemente da data ou da urgência, conte com os recursos necessários de acessibilidade;
2. Padronização e qualidade técnica – por meio da atuação de equipe que se familiariza com a linguagem, os protocolos e os conteúdos próprios do Regional;

3. Efetividade institucional – viabilizando que o Regional cumpra integralmente sua missão de inclusão, transparência e democratização da informação, em consonância com a garantia da Acessibilidade como um dos seus valores estratégicos institucionais.

Dessa forma, a escolha pelo serviço continuado não apenas atende a dispositivos constitucionais e legais – a exemplo da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e do Decreto nº 5.626/2005 –, mas também representa a solução mais racional, eficiente e responsável para garantir a acessibilidade comunicacional de forma ininterrupta e de qualidade, tal como já abordado no item 2.3.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O **custo total** para o período de 12 (doze) meses é: **R\$ 508.000.**

O valor do serviço utilizado como referência (Mediana dos valores selecionados) foi retirado de documento elaborado pela Seção de Pesquisa de Preços e Cadastro (SEPEC), após a ampliação dos orçamentos junto a empresas do mercado, conforme doc. SEI 7376913.

	Quantidade Estimada	Preço Unitário (Mediana – conforme Doc Sei 7376913)	Preço Total
Item 1 – LIBRAS ao vivo	400 horas	R\$350/hora	R\$ 140.000
Item 2 – LIBRAS Gravado	4500 min	R\$ 40/min	R\$ 180.000
Item 3 – Audiodescrição Gravado	1600 min	R\$ 40/min	R\$ 64.000
Item 4 – Legendagem Gravado	4000 min	R\$ 31/min	R\$ 124.000
-	R\$ 508.000		

- ITEM INDEPENDENTE

Item 1 – Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não presencial (gravado e reproduzido simultaneamente, de modo virtual) = **preço unitário R\$ 350/hora**

GRUPO ÚNICO - Composto pelos itens 2, 3 e 4

Item 2 - Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade pré-gravada = **preço unitário R\$ 40/minuto**

Item 3 – Serviço de Audiodescrição (AD) pré-gravado = **preço unitário R\$ 40/minuto**

Item 4 – Serviço de Legendagem (LSE) pré-gravado = **preço R\$ 31/minuto**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em razão das peculiaridades dos serviços e no intuito de proporcionar uma melhor definição e especificação de cada uma das demandas, os **itens 2, 3 e 4** foram agrupados em um **Grupo único**. Já em relação ao serviço de tradução/interpretação de LIBRAS ao vivo, poderá ser feita uma contratação única, ou seja, a licitante poderá optar por participar apenas da licitação deste item.

Dos serviços que estão especificados para a contratação:

Item independente - Item 1:

Item 1 - Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, na forma ao vivo presencial (executado no local do evento) ou ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente, de modo virtual), para as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, bem como em manifestações públicas, como propagandas institucionais e pronunciamentos oficiais, publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube, vídeos informativos e educativos, treinamentos, eventos, reuniões e audiências realizadas nas sedes do TRE/SP, nesta Capital, ou nos Cartórios Eleitorais do Estado de São Paulo. **Quantidade estimada: 400 horas.**

Grupo único, composto pelos itens 2, 3 e 4:

Item 2 – Serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, com cessão de uso de imagem e voz, na modalidade **pré-gravada**: para ser implantado em conteúdos audiovisuais, incluindo a edição do arquivo, em propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, como vídeos informativos e educativos, treinamentos, material institucional, textos, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube. **Quantidade estimada: 4500 minutos.**

Item 3 – Serviço de Audiodescrição pré-gravado: em eventos, propagandas institucionais, vídeos, textos, fotos, imagens dinâmicas e estáticas, atividades diversas e demais publicações e projetos

institucionais do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, com cessão de uso de voz, dentro do Estado de São Paulo. A audiodescrição deverá ser implantada em conteúdos audiovisuais pré-gravados, incluindo a edição do arquivo. **Quantidade estimada: 1600 minutos.**

Item 4 - Serviço de legendagem pré-gravado: sistema de transcrição instantâneo, em língua portuguesa, dos diálogos, dos efeitos sonoros, dos sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. A legendagem deverá ser implantada em conteúdos audiovisuais pré-gravados, incluindo a edição do arquivo, e também disponibilizado em arquivo do tipo SRT para disponibilização à contratante, sem prejuízo do envio de arquivo em vídeo. **Quantidade estimada: 4000 minutos.**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em relação aos serviços pré-gravados, quais sejam: LIBRAS pré-gravado – item 2, Audiodescrição (AD) pré-gravado – item 3 e Legendagem (LD) pré-gravado – item 4, a inserção de acessibilidade nos vídeos por empresas diferentes poderia comprometer não só a integridade do vídeo e a qualidade técnica dos acoplamentos, mas também prejudicar o prazo de execução, uma vez que as etapas teriam que ser sucessivas e não simultâneas.

A contratação única para os itens 2, 3 e 4 permite que seja mais atrativa para o mercado e promova preços mais baixos, além de otimizar o processo de gestão e fiscalização do contrato.

Os referidos serviços são correlatos e a união deles em um grupo proporciona a contratação de empresas especializadas em acessibilidade, o que poderá, potencialmente, trazer uma melhor qualidade técnica dos serviços.

Sendo assim, a licitante que optar por participar da licitação do **Grupo Único** deverá oferecer os **itens 2, 3 e 4 integralmente**. O agrupamento foi feito por razões técnicas e econômicas, sob pena de comprometer o conjunto da solução.

No presente caso, a inviabilidade técnica da inserção de acessibilidade nos vídeos por empresas diferentes, uma vez que pode comprometer a qualidade das mídias a serem entregues. Além disso, o parcelamento demonstra a provável obtenção de economia de escala decorrente da centralização da contratação, o que justifica a adoção do grupo único.

Portanto, a opção pela adjudicação por grupo único no caso dos itens 2, 3 e 4 se baseia em uma análise que demonstra a inviabilidade técnica da adjudicação por item e a evidência de sua vantagem econômica, em estrita observância ao art. 82, § 1º da Lei nº 14.133/21 e alinhada à Súmula nº 247 do TCU, que, embora promova o parcelamento, não o impõe em detrimento da eficiência e economicidade quando devidamente justificadas.

Já em relação ao serviço de tradução/interpretação de **LIBRAS ao vivo (item 1)**, a licitante poderá optar por participar apenas da licitação desse item.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação dos aludidos serviços:

- garantir a acessibilidade de comunicação a pessoas com deficiências sensoriais (auditiva, surdez, visual e baixa visão) e a outros públicos que se beneficiam dos recursos de acessibilidade comunicacional, como idosos, disléxicos, pessoas com transtorno do espectro autista, entre outros, por meio dos serviços da tradução/interpretação da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), em propagandas institucionais e manifestações públicas, vídeos em geral, fotos, imagens dinâmicas ou estáticas, material institucional, documentos digitais disponibilizados ao público em geral e publicações nas redes sociais, site institucional e canal do YouTube;
- assegurar que a pessoa com deficiência auditiva e visual tenha garantido o acesso à justiça, inclusive quando figurar em um dos polos da ação ou atuar como testemunha, participar da lide posta em juízo, advogado ou advogada, defensor público ou defensora pública, magistrado ou magistrada ou integrante do Ministério Público;
- Permitir o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais do interesse da pessoa com deficiência visual ou auditiva, inclusive no exercício da advocacia; e
- Promover o aprimoramento contínuo das condições de trabalho para os servidores ou servidoras que possuem algum tipo de deficiência ou que pertençam a um dos grupos que se beneficiam dos recursos de acessibilidade comunicacional, como idosos, disléxicos, pessoas com transtorno do espectro autista, entre outros.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se verificam providências a serem tomadas previamente à celebração do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No que tange às contratações correlatas, somente foi identificada a contratação vigente dos serviços: nº da Ata 65/2024 e Ata nº 66/2024 (SEI nº 0008227-66.2024.6.26.8000).

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

Não há impactos ambientais negativos na contratação dos referidos serviços.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO/VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

A contratação em comento está em consonância com o Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional Eleitoral 2021-2026, aprovado pela Resolução TRE-SP n. 605/2022, que alterou a Resolução TRE-SP n. 546/5021, que estabeleceu o Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo para o período de 2021 a 2026, uma vez que:

- alinha-se ao valor “Acessibilidade” do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo;
- alinha-se à visão de futuro deste Regional, no sentido de “Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, em especial quanto à transparência, segurança e efetividade, bem como ser reconhecido como um tribunal inovador e sustentável”;
- alinha-se ao Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade”, o qual abrange o objetivo estratégico: “Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP”;
- alinha-se ao Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”, o qual abrange o objetivo estratégico: “Promover a cidadania e a responsabilidade social”, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 – Redução das desigualdades e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes da Agenda 2030.

A contratação em comento garantirá a acessibilidade comunicacional às pessoas com deficiência auditiva e visual, primordialmente, bem como a outros grupos beneficiários, como pessoas com dislexia e Transtorno do Espectro Autista (TEA), pessoas idosas, crianças, pessoas com baixo letramento ou com dificuldade cognitiva, no âmbito da Justiça Eleitoral paulista, cumprindo assim um dos valores previstos no Plano Estratégico institucional deste Regional.

Desse modo, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação dos serviços de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), mostra-se possível técnica e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

RESPONSÁVEIS

Rafaela Schilling Vellinho

Técnica Judiciária

Davi Benchaya Nunes Tavares

Analista Judiciário

Caroline Mascarenhas

Chefe da Seção de Gestão da Acessibilidade e Inclusão

De acordo.

Mariucha Souza

Coordenadora de Gestão da Acessibilidade, Inovação e Sustentabilidade

De acordo.

Regina Rufino

Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições